

“VERDADE HISTÓRICA”?
CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO:
MEMÓRIAS, EVIDÊNCIAS E ANTAGONISMOS
(1980/2014)

Sérgio Paulo Morais¹
Marco Túlio De Sousa Nascimento²

RESUMO

Este artigo apresenta informações produzidas pelo Exército Brasileiro durante os anos 1980 e os dias atuais. Algumas dessas evidências estão alocadas em instituições militares; outras circulam pela rede mundial de computadores e por outros meios. Intencionamos discutir momentos distintos de tal produção lendo-a a partir de mudanças nas relações políticas e sociais. Abordamos embates e tensões alimentadas sobre o recente passado ditatorial ocorrido no Brasil, por intermédio de tais registros, vistos aqui como evidências históricas e fontes para pesquisa. Ao analisarmos tais circunstâncias, apresentamos permanências e atualizações nas linguagens, na forma e na difusão de conteúdos autoritários.

Palavras-chave: CCOMSEX; produção de informações; embates entre memórias; ditadura militar

“HISTORICAL TRUTH”?
THE ARMY CENTER FOR SOCIAL COMMUNICATION:
MEMOIRS, EVIDENCE AND ANTAGONISMS.
(1980/2014)

ABSTRACT

This article presents information produced by the Brazilian Army from the 1980s to the present day. Military institutions keep some of this evidence; the rest is available elsewhere, such as on the worldwide web. The intention here is to discuss distinct moments of such production, reading it based on changes to political and social relations. Conflicts and tension fed by the recent Brazilian dictatorial past are approached through such records, treated here as historical evidence and research sources. Upon analysis of such circumstances, linguistic history and changes are presented regarding their form and propagation of authoritative subject matters.

Keywords: CCOMSEX, information production, memoir conflicts, military dictatorship.

Em 2004, o historiador Carlos Fico publicou artigo sobre a relação entre produção de conhecimento e o entorno social manifestado em função do “40 anos” do Golpe Militar no Brasil. A partir de um balanço do que se havia produzido no campo historiográfico, notava ele uma ampliação de interesses sociais e acadêmicos naquele momento, algo expansivo se se comparado à 1994, ou seja, aos 30 anos de distanciamento do pós-1964.

De acordo com Fico,

Tem sido notável, neste ano, o interesse despertado pelos eventos de toda sorte que vão marcando a data, diferentemente de dez anos atrás, quando seminários acadêmicos sobre os trinta anos do golpe de 64 tiveram de ser cancelados ou contaram com baixa frequência de público. Milhares de pessoas, na maioria jovens, têm comparecido a debates em todo o Brasil. A imprensa acompanha com interesse atividades acadêmicas regra geral ignoradas. Várias publicações voltadas para o tema têm sido lançadas (FICO, 2004, p. 30).

Para o autor, em 2004, a justificativa desta ampliação estava voltada para dentro da própria produção historiográfica:

Qual a causa de tamanha aceitação? A explicação certamente fundamenta-se no fato de que velhos mitos e estereótipos estão sendo superados, graças tanto à pesquisa histórica factual de perfil profissional quanto ao que poderíamos caracterizar como um "desprendimento político" que o distanciamento histórico possibilita: tabus e ícones da esquerda vão sendo contestados sem que tais críticas possam ser classificadas de "reacionárias". Processa-se uma mudança geracional, sendo cada vez mais freqüente que pesquisadores do tema não tenham parti pris (FICO, 2004, p. 30).

Para Fico, acumulavam-se pesquisas que superavam os tons de "politologia: inspirados sobretudo pela vertente norte-americana da Ciência Política" ou "memorialístico", por intermédio de registros de assessores e pessoas próximas às lideranças do período (ibidem, 2004, p.31). Assim, novos caminhos e perspectivas abriram espaços para temáticas e abordagens em torno da música, artes, teatro e outros. Estas, por seu turno, sugeriram campos ainda não identificáveis em outras pesquisas ao enfatizarem o "indivíduo, seu cotidiano, suas emoções, sua 'mentalidade', sua 'trajetória de vida' etc." (op. cit., 2004, p. 40).

Sem a pretensão de fazer algo semelhante, discutiremos neste artigo algumas evidências sobre a produção de textos, informações e ideias preparadas durante o "Regime", que se mantiveram, de modo atualizado, até o momento em que escrevemos. Nossa intenção é a de colocar o problema de uma produção cultural e ideológica, elaborada pelo próprio Exército Brasileiro, exposta através de palestras, imagens e textos, para além de sua importância puramente acadêmica.

Para tanto, lançamos inicialmente alguns questionamentos diretivos. A saber, como a produção de conhecimento para escolas, palestras diversas e para jovens que se iniciavam (e se iniciam) na vida militar, atravessou o término do Regime Militar e se difundiu (de modo renovado) até os dias de hoje? Teriam esses materiais presença e vocalização em uma época de rediscussão do passado e de direitos outrora anulados? Como esses materiais, que lidaram com o comunismo, com o nacionalismo e com noções abjetas sobre democracia, a partir da visão dos militares, produziram (ou puderam potencialmente produzir) conhecimento histórico? Essas construções ideológicas ainda circulam no social?

Documentos ao acaso ou evidências obtusas?

Em 1 de março de 2007, um dos signatários deste texto, teve a vida transformada quando ao adentrar, pela primeira vez, no portão das Armas de um Batalhão, em uma

cidade de Minas Gerais³. Naquele mesmo ano, realizou um Curso de Formação de Cabos, que no ano seguinte o permitiu a promoção a graduação de Cabo. Além deste posto, e por razão de ser graduando em História na Universidade Federal de Uberlândia, tornou-se “Administrador do Museu de História da Unidade”, acumulando, um tempo depois, a função de “Coordenador do Arquivo Geral e Histórico”.

Em 2012, já na condição de “Terceiro-Sargento Combatente Temporário da Arma de Engenharia”, e ainda Coordenador do Arquivo, observou ao acaso alguns papéis sujos, condenados à eliminação, destacados com um sugestivo título: “A Revolução Democrática de 31 de Março”.

Tratava-se de documentos produzidos pelo “Centro de Comunicação Social do Exército” (CCOMSEX), entre as décadas de 1970 e 1980, para a realização de palestras, internas e externas aos quartéis, sobre os acontecimentos de maio de 1964, a partir de uma ótica chancelada pelos militares. Junto e em sintonia aos papéis citados, estavam outros documentos que tratavam da “Intentona Comunista”, ocorrida em 1935.

De acordo com documentos do próprio exército, acessáveis na internet, tem-se:

O CCOMSEx é oriundo da 6ª Divisão (Relações Públicas), criada no então Gabinete do Ministro da Guerra, em 1951. Nos anos seguintes, o órgão evoluiu para Serviço em 1962, Comissão Diretora em 1964, Centro em 1971 e Assessoria em 1975. Somente em 24 de março de 1981 a Assessoria transformou-se no Centro de Comunicação Social do Exército, instrumento gerador de motivação e coesão, fator multiplicador do poder de combate e facilitador da ação de comando. O Centro tem por missão planejar, supervisionar, orientar, coordenar, controlar e promover as atividades de comunicação social do Sistema de Comunicação Social do Exército e assessorar o Comando do Exército nos assuntos relacionados com a comunicação social e a opinião pública. O CCOMSEx tem por missão, ainda, a preservação e o fortalecimento da imagem da Força Terrestre junto à sociedade (Centro de Comunicação do Exército, 24 de março de 2008).⁴

A partir da captação dos documentos, aconteceu uma solicitação formal ao Comando do Batalhão para que se pudesse utilizar esses documentos em estudos acadêmicos. A permissão foi concedida, com a indicação de que os mesmos não fossem reproduzidos digitalmente ou copiados, e deveriam ser prontamente restituídos após conclusão das pesquisas.

Esses registros não possuem datas específicas, porém, as indicações temporais trazidas pelos documentos nos levam a crer que foram produzidos ainda nos anos 1980, pois possuem a chancela do CCOMSEX, criado de acordo com o documento acima em 1981. Tais registros foram utilizados em cursos e instruções para ingressantes nas forças armadas e em palestras realizadas em função das “comemorações” do 31 de março de 1964. Nosso estranhamento com o sigilo em torno desses, advêm de duas circunstâncias, a primeira: por ocorrer uma tentativa de controle, solicitando a não reprodução de papéis que estavam sem nenhum abrigo, dispersos e destinados à lixeira. A segunda situação, diz respeito à ampla divulgação e propaganda deste órgão em diversas páginas da internet. Na continuação do documento que apresenta o CCOMSEX, encontra-se a função do Comando na atualidade, além de trazer exemplos de publicações que serviriam certamente como fonte a diversificadas pesquisas em ciências humanas.

Atualmente, o Centro tem os seguintes objetivos organizacionais: preservar e fortalecer a imagem do Exército, atuar como órgão central do

Sistema de Comunicação Social do Exército, promover a interação entre o Exército e seus públicos, produzir e divulgar as campanhas e produtos institucionais, aperfeiçoar o Sistema de Comunicação Social do Exército, aperfeiçoar a gestão do conhecimento organizacional, aperfeiçoar a gestão do CCOMSEx, otimizar a gestão dos recursos orçamentários e intensificar a busca de parcerias (Centro de Comunicação do Exército, 24 de março de 2008).⁵

O interesse em se manter segredo em torno de determinados documentos, deve-se, provavelmente, tanto à razão de seu conteúdo, quanto às informações sobre seus ambientes de circulação.

Em relação ao conteúdo, tem-se, por exemplo:

A 31 de março de 1964 a nação brasileira, vilipendiada por um governo irresponsável e infiltrado de comunistas, levantou-se na defesa de sua vocação ordeira, pacífica e cristã. O BRASIL estava sendo corroído pelo caos político, econômico e social. Aquele corajoso e patriótico movimento refletiu o repúdio de sua gente à subversão, aos desmandos e à estagnação. O comunismo internacional, mais uma vez, teve frustrada seu permanente cobiça pela nossa Pátria. (...) O Exército, fiel às suas tradições de intérprete das legítimas aspirações populares, uniu-se às demais forças vivas da nacionalidade na defesa da democracia (Centro de Comunicação do Exército, década de 1980).⁶

Esse teor está em diversas passagens de textos encontrados para a Palestra, entre alguns:

A preservação da verdade histórica é um dever cívico. A informação aos mais jovens sobre as tentativas de comunicação do BRASIL é um dever de consciência. A divulgação das técnicas e das táticas empregadas pelo Movimento Comunista Internacional é, antes de tudo, uma obrigação de todo Comandante (Centro de Comunicação do Exército, década de 1980).⁷

Tratamos aqui do terceiro parágrafo da apresentação de texto preparado pelo Centro de Comunicação Social do Exército (década de 1980) para fomentar a realização de palestras sobre a Intentona Comunista nos quartéis e outras instituições, durante as “comemorações” do 31 de março. A enfática “missão” militar de combater a esquerda comunista está em voga em um apelo à “verdade histórica” apresentada como algo que transcende a vida na caserna, pois como “um dever cívico” deveria ser vislumbrado como a missão de todo cidadão brasileiro.

Trata-se certamente de uma versão da História já bastante difundida, a qual o discurso (ou o texto) parecer justificar-se por si mesmo, sobrepondo-se à realidade. A existência de tais fontes, não apenas “evidencia” perspectivas e pontos de vista do Exército brasileiro, mas de certo modo, pode ser percebido com “processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção” do autoritarismo na sociedade brasileira, “como força ativada da história do capitalismo” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.259).

Talvez, na elaboração de textos tão desvinculados com os acontecimentos e com carga emotiva de tamanha ordem, estavam os criadores preocupados e conscientes em perceber o discurso enquanto produção social, pois, ao invés de descrever o mundo, o

discurso parecia constituir a realidade e definir lugares possíveis para os sujeitos, isso nas palavras de alguns pensadores, tais como Foucault, teriam a seguinte argumentação:

(...) trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação excluem (FOUCAULT, 2002, p.31)

Mas não somente isso, para os enunciadores do dever cívico e histórico dos militares, desvinculados com o real, o discurso está implicado e expresso na razão dos que detém, ou detiveram, o poder.

Para Persch e Silva,

Em nossa sociedade, instituições, grupos e indivíduos disputam o poder de enunciar, de dizer, cujo objetivo visa disciplinas e controlar corpos e mentes. E por estar articulado ao poder, o discurso constrói a realidade social fabricando os objetos, produzindo os acontecimentos e os sujeitos, através de um conjunto de dispositivos como as leis, os regulamentos morais, os enunciados científicos e filosóficos, entre outro, produzidos e veiculados por meio das instituições sociais, entre elas a mídia. (PERSCH; SILVA, 2009, p. 37)

Na especificidade de nosso tema, as contundências de tais textos não se firmavam apenas em discursos de heroísmo frente a um inimigo fabricado ou imaginado, genericamente rotulado de comunismo.

As evidências apresentam elementos que materializavam e referenciavam as necessidades de ação e de ordenamento social, a partir de situações conhecidas. O apelo às crenças tradicionais e conservadoras da sociedade (até mesmo o cristianismo, tornando assim a “missão militar” também uma questão de fé) buscava o comunismo, grande vilão apresentado pelos militares, a partir de um ente já “enfrentado”, e derrotado, em 1935, no episódio conhecido como Intentona Comunista:

INTENTONA, intento louco, plano insensato ou tentativa de revolta foi o que, então, ocorreu em NATAL, RECIFE e RIO DE JANEIRO. Um bando de maus brasileiros, alucinados pela doutrina marxista-leninista, tentou conquistar o poder pela violência e pela traição para atrelar nosso País ao comunismo internacional. (Centro de Comunicação do Exército, década de 1980)⁸

O intento nesse sentido é mais inerente ao próprio exército do que figuração retórica, haja vista que as ações de 1935 partiram de dentro daquela instituição, ou seja, de militares das regiões indicadas.⁹ Ao mesmo tempo que indicavam ações no passado, relevando conquistas e avaliações sobre acontecimentos pretéritos, as evidências demonstravam iminências de intervenções futuras:

Aqueles que imaginam ser possível reeditar os dias que antecederam o 31 de MARÇO de 64, certamente desconhecem o patriotismo dos militares brasileiros. Sua coesão e sua determinação não permitirão que os inimigos de ontem, ressurgam das cinzas para mais uma aventura contra a nação. No BRASIL já tentaram várias vezes mas não conseguiram e

jamais conseguirão! (Centro de Comunicação do Exército, década de 1980).¹⁰

A apreciação destes documentos por intermédio de análises de discursos pode constituir um amplo campo de reflexão e diversos veios de estudo. Entretanto, tomamos aqui outras direções, já que nos “interessa recuperar caminhadas, programas fracassados, derrotas e utopias” outras, “pois nada nos garante que o ganhou”, ou o que discurso tenta revelar (ou ocultar) tenha sido “o melhor” (FENELON, 1985, pp. 27-29); contamos para isso com nossas percepções sobre o processo histórico.

Retomando conjunturas e conjecturando caminhos.

No Brasil, os anos de 1960 foram significativos para a implantação de políticas que fizeram sucumbir a democracia e os direitos sociais. Agentes de diversas áreas criaram, através de aparatos clandestinos, formas de coerção, de tortura e de assassinatos que visaram impor uma “normalidade” ditatorial no país.

Nesse contexto, diferentes sujeitos e instâncias (como sindicatos, órgãos de imprensa e grupos interligados à cultura) sofreram processos investigatórios e interferências diretas por parte do Estado. Por seu turno, diversas músicas, filmes e livros foram censurados e/ou retirados de circulação por conta das mais inexplicáveis situações e temáticas (REIMÃO, 2011).

A censura à imprensa teve suas particularidades e distinções frente ao que ocorria com outros aspectos da vida cultural (FICO, 2004, p. 37). Por seu turno, deve-se lembrar que o exército não criou solitariamente visões e perspectivas sobre comunismo, nacionalismo, “democracia” e ação política naqueles anos e em posteriores.

No que tange a textualização ideológica e à circulação de informações, outros setores tornaram-se partidários do CCOMSEX. Entre alguns, destaca-se o Jornal O Globo, do empresário Roberto Marinho. Na edição do mesmo, datada de 07 de outubro de 1984, citada no tomo nº1 da obra *1964-31 de março: o movimento revolucionário e sua história*, tem-se:

Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, deserdem social e corrupção generalizada. ... Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso, desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura que deverá consolidar-se com a posse do futuro presidente. ...Sem povo não haveria revolução, mas apenas um “pronunciamento” ou um “golpe” com o qual não estaríamos solidários” (Apud, MOTTA, 2003, p.76)

Durante o Período Militar, as noções que constam nestes documentos circularam e se reproduziram reiteradas vezes pelos pátios e salas de aula das Escolas públicas brasileiras.

A disciplina [educação Moral e Cívica] foi criada em setembro de 1969, por meio do decreto-lei n.º 869. Subscrito pelos ministros militares, (...) a disciplina [tornou-se] obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades do País. Além da disciplina, o decreto-lei também criou a Comissão Nacional de Moral e Civismo. Na época, dizia-se que o objetivo da nova matéria era “estimular uma atitude e consciência cívica”

nos jovens. (...) Cerca de dois anos depois da aprovação do decreto-lei, em 1971, entrou em vigor a segunda versão da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Com ela, o presidente Emílio Médici transformou a Comissão de Moral e Civismo em um órgão de doutrinação, que passou a controlar o ensino de forma absoluta. Cabia à comissão indicar professores e fixar programas. O órgão estabeleceu, então, a obrigatoriedade de, no mínimo, duas aulas semanais de Educação Moral e Cívica em todas as séries, níveis e cursos. ‘Os centros cívicos deverão, até mesmo, elaborar o ‘código de honra do aluno’ e considerarão o civismo nos três aspectos fundamentais: caráter, com base na moral, tendo como fonte Deus; amor à Pátria, com capacidade de renúncia; e ação permanente em benefício do Brasil’, dizia reportagem da época (SACONI, Acervo Estadão, 06 de maio de 2004).¹¹

Ao concordar com a função e com a potência da comunicação produzida e difundida pelo Exército, no campo das evidências, ou seja, na organização de elementos e argumentos para interpretar academicamente os acontecimentos daquele passado, não deixamos de perceber as atualizações desses elementos em nosso próprio cotidiano.

Por menos crível que possa parecer, a permanência da elaboração anticomunista, nacionalista e das pretensões democráticas referidas nos textos do CCOMSEX teve vida longa. Apenas em 2011, em seus primeiros meses de mandato presidencial, Dilma Rousseff definiu o fim das comemorações relativas ao episódio Golpe de 64.

O termo “definir” talvez não seja o mais propício para a circunstância. Porém, a ordem foi dada aos chefes militares por intermédio de assessores, sem que se materializassem decretos ou medidas provisórias.

A data simbólica para os militares era celebrada no calendário oficial do Exército anualmente. [...] o 31 de março constava da lista de datas comemorativas (hoje são 23), mas foi retirado este ano. Na ordem do dia nos quartéis do País, comandantes costumavam fazer discursos exaltando o movimento que resultou na ditadura. Na quinta-feira passada (31 de março de 2011), foi cancelada de última hora a palestra do general-de-exército Augusto Heleno, então diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia, sobre “A contrarrevolução que salvou o Brasil”, por determinação do ministro da Defesa, Nelson Jobim, cumprida pelo comandante do Exército, general Enzo Peri. Como Jobim já era ministro de Lula e as comemorações nunca foram proibidas, a ordem é atribuída a Dilma. De acordo com José Genoino, assessor especial do Ministério da Defesa, “Jobim conduziu com as Forças Armadas um trabalho para que não houvesse comemorações nem retaliações no dia 31 de março” (GOMIDE; SADI, iG, 05 de abril de 2011).¹²

Entre 2001, data do encerramento das comemorações nos quartéis, e 2012, no momento em que os documentos foram encontrados às margens da lixeira do referido Batalhão, muitos “incidentes” ocorreram em torno do que se deveria, ou não, “comemorar”. No ano seguinte à primeira “proibição”, ocorreram, por exemplo, conflitos entre militares e civis durante um almoço comemorativo no Clube Militar do Rio de Janeiro, o evento tornou-se um dos epicentros de reivindicações antagônicas sobre a “verdade histórica”:

Terminou em confusão, corre-corre e pancadaria na tarde desta quinta-feira o protesto contra a comemoração pela passagem dos 48 anos do

golpe militar de 1964. Enquanto cerca de 300 militares da reserva participavam do evento, chamado de “1964 — A Verdade”, na sede do Clube Militar, em frente à Cinelândia, pelo menos 350 pessoas, entre elas representantes de PT, PCB, PCdoB, PSOL, PDT e outros movimentos sociais de esquerda, fizeram a manifestação na frente das duas entradas do prédio, na esquina da Avenida Rio Branco com a Rua Santa Luzia. Um dos manifestantes foi detido pela polícia e liberado após prestar depoimento. Outros dois ficaram feridos ao serem atingidos estilhaços de bombas de efeito moral. [...] O grupo que participou do protesto, organizado pelas redes sociais na internet, levou bandeiras, faixas e cartazes com frases como “Ditadura não é revolução” e “Onde estão nossos mortos e desaparecidos do Araguaia?”, além de fotografias de vítimas durante os anos de chumbo. Parentes de desaparecidos também compareceram ao local. [...] Desde o ano passado, a presidente determinou o fim da comemoração do golpe militar por representantes de Exército, Marinha e Aeronáutica. Na rua, os manifestantes gritavam palavras de ordem, chamando os militares de “torturadores”, “porcos”, “assassinos” e “covardes”. Cada militar que chegava ou saía do local era cercado e xingado; precisaram ser escoltados pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar e pela Guarda Municipal. Houve enfrentamento entre policiais e manifestantes em diversos momentos e duas pessoas foram atingidas por tiro de descarga elétrica de uma pistola Taser. [...] Eu tenho pena desse pessoal. São ignorantes. Não conhecem a verdade — atacou o coronel do Exército Délio Mascarenhas. [...] Em São Paulo, o engenheiro Roberto Médici — filho do general Emílio Garrastazu Médici, que presidiu o país entre os anos de 1969 e 1974 — autografou o livro “Médici — A Verdadeira História” em comemoração ao golpe do dia 31 de março de 1964 (GÓES; BRUNO, O Globo, 30 de março de 2012).¹³

Em 2014, a presidente Dilma Rousseff “determinou [...] que não quer celebrações dos militares da ativa em comemoração aos 50 anos do Movimento Militar de 31 de março de 1964”,

[...] a data, no entanto, não será ignorada pelas Forças Armadas. No Exército, o tema será abordado com palestra e divulgação de informações para a tropa apenas para que “as novas gerações” não se esqueçam do que chamam de “fato histórico”, contextualizado à época da Guerra Fria (WERNECK, Tribuna da Imprensa, 15 de março de 2014).¹⁴

As situações assinaladas demonstram, ao que parece, uma continuidade de argumentos nacionalistas, anticomunistas, entre outros. Naquela ocasião, contextualizada em um período de Guerra Fria, ou seja, reivindicando um tempo pretérito; distinto, ao que parece, do momento de intervenção da Presidência de República.

Portanto, as comemorações continuaram e ainda perduram, uma densa avaliação sobre as consequências do Golpe de 64 ainda não foi seriamente formulada pelos militares e as disputas pela memória e pela história continuam acirradas.

Para além do conflito aberto: opinião pública e redes de informação.

As proibições da Presidência, as trocas de farpas e as contestações, tornaram-se agudas durante os momentos de lembrança ou de “comemorações”, ou seja, em circunstâncias e datas que coincidiam (e ainda coincidem) ao março de 64. Esses pontos de

culminâncias toldaram, por sua vez, uma ação cotidiana, dispersa, porém, constante; que tem atualizado a presença e a divulgação do “ponto de vista” do Exército em diversas instâncias sociais.

Na atual visão dos militares produtores de informações, “as notícias não têm fronteiras e a influência da opinião pública é um fator de decisão para o emprego militar. Embora isso não seja empecilho para o cumprimento da missão, tem peso elevado no estudo de situação” (Revista Verde Oliva, abril, maio, junho de 2011).¹⁵

[...] Cabe ressaltar que o conceito e a imagem institucionais são o maior patrimônio do Exército. O conceito vem sendo consolidado no imaginário da população durante toda a trajetória histórica do Exército Brasileiro, no caso, de modo altamente positivo, materializado por um elevado índice de credibilidade. Podemos dizer que a reputação ou conceito do Exército Brasileiro – confirmado em pesquisas de opinião – foi e continua sendo construído pelo culto às tradições, à memória, aos valores históricos e culturais e aos eventos históricos (ibidem, junho de 2011).¹⁶

A persistente divulgação de notícias e perspectivas do Exército, que hoje se preocupam com pesquisas de credibilidade, profissionalização dos meios de comunicação e com a “opinião pública”, têm claras pretensões:

A Política Militar Terrestre tem a Comunicação Social como valioso instrumento para a conquista e manutenção dos objetivos do Exército e das ações políticas decorrentes. Além de estar presente no centro das estratégias de emprego, deve: fortalecer as convicções e a autoestima do público interno pela capacitação e valorização dos recursos humanos; preservar a imagem do Exército junto à sociedade brasileira; esclarecer os integrantes da Força, de maneira objetiva e precisa, a respeito dos fatos ou eventos; considerar cada militar um Agente de Comunicação Social; ter o Centro de Comunicação Social do Exército como Órgão Central do Sistema de Comunicação Social e como responsável pelo assessoramento direto e imediato ao Comandante do Exército nos de Comunicação Social; aumentar a projeção do Exército; e colaborar com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil. A Comunicação Social no Exército tem como documento orientador o Plano de Comunicação Social, que deve nortear o planejamento de todos os escalões, em especial os programas de ComSoc [Comunicação Social] das Organizações Militares (ibidem, maio, junho de 2011).¹⁷

Esse novo perfil tem adentrado nas redações de jornais de livre circulação por todo o país. O CCOMSEX tronou-se, em anos recentes, uma sucursal oficializada de notícias sobre o que ocorre no interior do Exército e sobre as ações que esta instituição realiza em diversas partes do planeta.

Há três anos chefe da Seção de Informações Públicas do Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx), o coronel Fernando Cunha Mattos conta histórias do genocídio de Ruanda e da campanha no Haiti – e o faz com admirável articulação. Até Audálio Dantas, representante da Associação Brasileira de Imprensa na coletiva, elogia as falas didáticas do militar. Os estudantes de Jornalismo do Projeto Repórter do Futuro conheceram o Exército como fonte organizada de informação e terminaram cientes do capital que hoje são as mídias para as

instituições militares. O coronel é da Artilharia, mas não fala de canhões: relata o início de um processo de abertura midiática das Forças Armadas a partir da percepção de que elas são instituições de alta credibilidade no seio da população, mas com baixa visibilidade. Hoje, "a instituição deixou de ser aquele grande mudo", afirma. Esta abertura, entretanto, não está no plano da explicitação das verdades inteiras – na entrevista, ele garante um máximo de sinceridade, mas assuntos ligados à censura, por exemplo, passam escorregadios. Tudo começou com o reconhecimento da alteração do estado de coisas no que tange à relação entre a opinião pública e a política: "Hoje, a capacidade de projeção de poder se tornou tão ou mais importante que o emprego da força. Nós entendemos a transformação da ação da comunicação social em fato político", afirma o coronel, creditando força ao discurso jornalístico na alteração de cenários sociais – inclusive das questões de segurança pública (KLEIN; Observatório da Imprensa, 20 de novembro de 2007).¹⁸

Trata-se, além de tudo, de profissionalizar e diversificar os canais de difusão por meio de novas linguagens.¹⁹

A modernidade, por sua vez, trouxe para o Brasil a 8ª Feira Latino-Americana na Área de Segurança e Defesa, assim como fez o Exército ingressar nas mídias sociais, como Youtube, Twitter e Facebook, dando maior transparência e agilidade às informações veiculadas. Esses novos tempos também trouxeram a Escola de Comunicações para dentro do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica, em Brasília (Revista Verde Oliva, abril, maio, junho de 2011).²⁰

Apesar da mudança na forma, o conteúdo tende a permanecer. Valores de uma obscura ética nacionalista, que guarda memórias e histórias de vitórias, heroísmo e liberdade ainda são temas constantes na documentação do CCOMSEX. O comunismo e a “Revolução Gloriosa” de 64, não estão mais em evidência, entretanto, mitos e alusões à “salvação da pátria” no passado, se mesclam às questões sociais do presente, entre elas: igualdade racial e de gênero, políticas públicas e sociais e questão indígena:

Desde sua formação em Guararapes, o Exército Brasileiro tem mostrado a perfeita integração com o povo brasileiro, a começar por sua gênese multirracial e ser constituído por homens e mulheres de todos os matizes sociais. Basta lembrar que, antes de se processar a abolição da escravatura, os escravos, já como homens livres, faziam parte das fileiras do Exército. Esse sentimento de solidariedade (Mão Amiga) é encontrado na obra ímpar de Rondon; no respeito e preservação da natureza; no tratamento humanitário dispensado aos povos indígenas; nas escolas regimentais que levavam a educação básica aos mais longínquos quadrantes do País; nas missões de manutenção da paz amenizando o sofrimento e as carências de povos irmãos; na construção de açudes no sertão nordestino; no atendimento médico e odontológico às comunidades ribeirinhas da Amazônia e do Pantanal; entre muitas outras. No tocante ao Braço Forte, vale destacar que o EB jamais foi derrotado em campo de batalha. Sua escalada de vitórias começa já no nascedouro, em Guararapes, na expulsão do dominador estrangeiro; logo após a independência, na atuação de Caxias de norte a sul do Brasil pela Unidade Nacional; na Guerra da Tríplice Aliança; na Segunda Guerra Mundial, e na dissuasão de inúmeros conflitos ao longo de toda a sua

existência. Caxias soube, como ninguém, combinar o “Braço Forte”, presente em suas ações contundentes, heroicas e decisivas nos campos de batalha, com a “Mão Amiga”, evidenciada em seus gestos generosos e pacificadores para com os amigos, os aliados e, até mesmo, os vencidos adversários (Revista Verde Oliva, abril, maio, junho de 2011).²¹

A revista Verde-Oliva, fonte da fonte supracitada, é hoje um dos diversos meios pelos quais circulam pontos de vista das forças armadas, além desta,

para permitir a interatividade com os seus públicos-alvo, o CCOMSEx possui os seguintes produtos: Noticiário do Exército, [...], Informex, Videorrevista, Videorrevista Digital, Recrutinha, Rádio Verde-Oliva FM, e um sítio eletrônico na Rede Mundial de Computadores que conta com as seções Resenha On-line, O Exército na TV, Conversando com a Reserva e outras. Além disso, é o responsável pela produção de diversos filmes, cartazes, banners, outdoor, calendários, agendas, cartões telefônicos e folders de interesse da Força (Centro de Comunicação do Exército, 24 de março de 2008).²²

Trata-se de “público-alvo” bastante diversificado, pois as revistas e as demais mídias estão abertas na rede mundial de computadores e são distribuídas em diversos lugares. Diferentemente dos documentos “subversivos”, sobre o período 1964/1985, encontrados naquele Batalhão. Entre a diversidade dos atuais meios de comunicação, destaca-se uma publicação para crianças e jovens: a revista “Recrutinha”, veículo distribuído gratuitamente e disponibilizado na internet. Nesta, os heróis da pátria e a abnegação do soldado brasileiro são registradas em quadrinhos e em jogos educativos (Revista Recrutinha, agosto de 2003).²³

Entre evidências e conjecturas sobre o presente.

Na esteira dos esforços que fizeram criar a recente Comissão Nacional da Verdade (2011)²⁴, assim como dos que fizeram publicar o “Direito à Memória e à Verdade” (2007)²⁵, os produtores acadêmicos de conhecimento histórico têm se atentado (ou, talvez, precisam se atentar) às disputas entre memórias antagonicas em razão dos acontecimentos em torno dos “50 anos” pós-1964.

Desse modo, as fontes históricas (tais como as apresentadas neste artigo), as narrativas e os diversos acervos precisam ser vistos não apenas como evidências ou registros de determinados momentos. Pois, estes expressavam (e expressam de modo renovado) “práticas sociais através das quais os sujeitos se constituem historicamente” (KHOURY, 2001, p. 81).

Nesse sentido, é preciso avaliar as dimensões dos debates que hoje ocorrem no social. Carlos Fico percebeu e demonstrou que em 2004 historiadores, no que tange a tal questão, abordaram os acontecimentos da ditadura no interior da amplitude de debates acadêmicos (FICO, 2004). Agora, 10 anos depois, a conjuntura social clama por intervenções, atitudes e cooperação “histórica” nas pelas memórias que se batem.

Memórias, no plural, reveladas em diversos documentos da Comissão da Verdade²⁶, que de certa maneira expressam-se contra uma “memória social”, ainda articulada, alimentada através dos meios de comunicação do Exército e da própria imprensa comercial e diária. Esta, por razão de acontecimentos recentes, e após mais de 20 anos do fim do militarismo,

[...] não desaprendeu o seu papel como braço da ditadura. Os personagens são outros, mas aqueles velhos instrumentos que ajudam a explicar por que se fere a democracia em nome da própria democracia estiveram sempre guardados e continuam afiados, exatamente como em 1964. Não há maior evidência disso do que a cobertura que os grandes jornais fizeram das prisões de manifestantes efetuadas no último dia 12/7, véspera da final da Copa do Mundo no Brasil. Numa ação orquestrada entre executivo e judiciário, foram expedidos 26 mandados de prisão temporária preventiva contra cidadãos que não cometeram nenhum crime, além de, em algum momento, uns mais, outros menos, terem participado de manifestações nas ruas. Sustentando a acusação de formação de quadrilha, a polícia civil não teve nenhuma vergonha em declarar que o motivo das prisões foi evitar que eles cometessem crimes que se supunha que cometeriam. Mas o que é pior: veículos de comunicação e profissionais que julgam fazer jornalismo também não tiveram a mínima vergonha de repetir, de forma naturalizada, não só esse argumento como coisa muito pior. O principal artifício ressuscitado dos tempos da ditadura escancarada foi a criação de um inimigo público, aquele cujo perigo justifica toda e qualquer violência e arbitrariedade (GUIMARÃES, Observatório da Imprensa, 15 de julho de 2014).²⁷

Assim, em oposição aos registros difundidos através do social, reproduzidos e atualizados de acordo com situações pontuais do presente, existem, como frisamos, memórias que emanam de diversos lugares nos processos históricos. Como quaisquer experiências culturais, memórias são campos minados pelas lutas sociais: “campos de lutas políticas, de verdades que se batem, no qual esforços de ocultação e de clarificação estão presentes entre sujeitos históricos diversos que produzem diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais” (FENELON, CRUZ, PEIXOTO, 2004, p.6).

Partir, então, do princípio de que as “memórias históricas constituem uma das formas mais poderosas e sutis da dominação e da legitimação do poder” (ibidem, 2004, p.6) propicia-nos perspectivas críticas em relação às fontes históricas provenientes do CCOMSEX. Por outro lado, na conjuntura dos “50 anos”, indica-nos que o “Regime” e suas “verdades” ainda possuem vocalização, permeabilidade e, muito provavelmente, recepção no social.

Não tratamos aqui de um passado meramente consolidado, ou mesmo “arcaico”. Se o mesmo tornou-se pelas circunstâncias e acontecimentos “residual”, ele “ainda está ativo no processo cultural, não só como elemento do passado, mas como um elemento efetivo do presente” (WILLIAMS, 1979, p. 125).

Assim, certas experiências, significantes e valores que não se podem expressar, ou verificar substancialmente, em termos da cultura dominante, ainda são vividos e praticados à base do resíduo – cultural bem como social – de uma instituição ou formação cultural anterior (ibidem, p. 125).

A nosso ver, as discussões sobre essas evidências perpassam, por razão dos “50 anos” pós-golpe, fronteiras do conhecimento técnico ou acadêmico. Neste ponto da história, há de compreender que grupos, talvez, ainda não articulados, mas munidos de perspectivas nacionalistas, autoritárias e moralistas, busquem espaços políticos.

Transpondo sentidos de comemoração e reivindicado projetos de nação e de futuro, mesmo sob outros tons de fardas ou renovados meios e modos de expressão.

Referências

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CRUZ, Heloisa de Faria Cruz; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

FENELON, Déa Ribeiro. "Trabalho, Cultura e História Social: perspectivas de investigações", in: *Projeto História*. n. 4, Revista da Pós-Graduação em História da PUC/SP, 1985. pp.21-37

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. Desafios do ensino de história. *Estudos Históricos*, n.41, Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2008, pp.79-93

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Rev. Bras. Hist.* 2004, vol.24, n.47, pp. 29-60

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trd. Luiz Felipe Baeta Neves. 6ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2002.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*, n. 22, São Paulo: EDUC, 2001, pp. 79-103.

MOTTA, Aricildes de Moraes. 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história. *Estudos Históricos*. Vol. 01. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. REIMÃO, Sandra. Repressão e resistência: censura a livros na Ditadura Militar. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2011.

PERSCH, Danilo; SILVA, Mário Antônio da. Discurso, opinião e poder na mídia contemporânea. In, PINTO, Aroldo José Abreu; SOUZA, Shirlene Rohr de. (org.). *Opinião na mídia contemporânea*, 2009, pp. 29-48.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Trd. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Notas

¹Professor Adjunto dos cursos de graduação e pós-graduação em História (INHIS), Linha Trabalho e Movimentos Sociais e do curso de pós-graduação em Educação (FACED), Linha Trabalho, Sociedade E Educação, ambos da Universidade Federal de Uberlândia

² Graduando em História (INHIS), pesquisador PIVIC-IC/Cnpq, sob a orientação do professor doutor Sérgio Paulo Moraes.

³Manteremos anônimas as referências e a localização da citada instituição.

⁴CCOMSEX (2008), ver http://www.eb.mil.br/c/document_library/get_file?uuid=739e1699-2d4d-46e2-9a2a-c184194d9aca&groupId=16541. Acessado em 10/07/14.

⁵ Ibidem. Acessado em 10/07/14.

⁶Documento produzido pelo Exército Brasileiro, Centro de Comunicação Social do Exército- Ministério do Exército- Palestra /A Revolução de Março de 1964, arquivo Batalhão.

⁷ Ibidem.

⁸ Op. cit., arquivo Batalhão.

⁹ Não temos intenção de discutir esses aspectos neste artigo. Para a Intentona Comunista, vale ainda a indicação da obra clássica de Sodré (1986).

¹⁰ Op. cit., arquivo Batalhão.

¹¹ Ver: Rosi Saconi (2004). <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,acervo-estadao-disciplina-educacao-moral-e-civica-foi-imposta-pela-ditadura,1162608>. Acessado em 14/07/14.

¹² Ver: Raphael Gomide e Andréia Sadi (2011) <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/apos+calar+forcas+armadas+em+31+de+marco+dilma+e+condecora+da/n1300028047414.html>. Acessado em 11/07/14.

¹³ Ver: Bruno Góes; Cássio Bruno (2012). <http://oglobo.globo.com/brasil/comemoracao-de-militares-termina-em-pancadaria-no-centro-do-rio-4446158>. Acessado em 14/07/14.

¹⁴ Ver: José Carlos Werneck (2014). <http://tribunadaimprensa.com.br/dilma-proibe-as-forcas-armadas-de-comemorar-os-50-anos-da-revolucao-de-64/>. Acessado em 14/07/14.

¹⁵Ver: Revista Verde Oliva (2011).<http://parceirospelapaz.files.wordpress.com/2012/01/revista-verde-oliva-nc2ba-211.pdf>. Acessado em 14/07/14.

¹⁶Op. cit. Revista Verde Oliva (2011). Acessado em 14/07/14.

¹⁷ Ibidem. Acessado em 14/07/14.

¹⁸ Ver: Tatiane Klein (2007).

http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/exercito_investe_na_comunicacao_social. Acessado em 14/07/14.

¹⁹Sobre linguagens compreendemos “a articulação” de “experiência ativa e em transformação; uma presença social e dinâmica no mundo” (WILLIAMS, 1979, p.43)

²⁰ Op. cit. Revista Verde Oliva (2011). Acessado em 14/07/14.

²¹ Ibidem. Acessado em 14/07/14.

²² Op.ci. CCOMSEX (2008). Acessado em 10/07/14.

²³ Ver, entre outros, Revista Recrutinha (2003). <http://www.eb.mil.br/revista-do-recrutinha>. Acessado em 10/07/14.

²⁴ Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm. Acessado em 10/07/14.

²⁵Verpublicação:http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/livro_direito_memoria_verdade/livro_direito_memoria_verdade_sem_a_marca.pdf. Acessado em 06/07/14.

²⁶ Op.cit. Acessado em 10/07/14.

²⁷Ver: Cátia Guimarães (2014)

http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed807_imprensa_renova_instrumentos_da_ditadura Acessado em 16/07/14.

Recebido em Fevereiro/ 2014

Aprovado em Março/2014